

A construção do desembarque

Rudolfo Lago e Ugo Braga
Da equipe do **Correio**

Eram 19h de ontem quando o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, terminou de redigir uma nota à imprensa. A nota era uma resposta ao ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira. No sábado, o ministro defendera a ação da Polícia Federal, que invadiu na sexta-feira o escritório da empresa Lunus, da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e de seu marido, Jorge Murad, em busca de documentos que os comprometessem com as irregularidades da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Aloysio disse que a ação policial era normal e que, se Roseana reclamava, é porque se julgava acima da lei. Para Bornhausen, era o sinal que faltava. Naquele momento, começou o desembarque do PFL do governo Fernando Henrique Cardoso.

“Ninguém esperaria do ministro da Justiça um aviso prévio, que ele se vangloria de não ter feito”, diz a nota de Bornhausen. “Esperava-se que, diante da gravidade do fato, ele tivesse examinado a fundamentação legal do mandado de busca e apreensão antes mesmo de ser sumária e arbitrariamente executado.”

Quando a ação policial foi deflagrada, ainda na sexta-feira, Bornhausen começou a sentir pressões dos correligionários do PFL. Roseana sentia-se ultrajada. Julgava que a ação tinha o interesse político de macular sua biografia, enlamear sua candidatura. Algo inaceitável para ela. Imediatamente, a governadora já promoveu a primeira baixa pefelista no governo. Hoje, seu irmão, Sarney Filho, deixa o Ministério do Meio Ambiente.

Da Bahia, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães pregava o mesmo. De Pernambuco, o vice-presidente da República, Marco Maciel receitava cautela. Para Bornhausen, naquele momento só havia um modo de o governo tucano o PFL. Algum bombeiro tucano deveria reconhecer que, de fato, houve um abuso por parte da Polícia Federal e pedir desculpas.

O fim de semana passou e não houve esse aceno. Ao contrário: o ministro da Justiça defendeu o ocorrido. A elegante nota de Bornhausen limita-se a responder às palavras de Aloysio. Mas, nas entrelinhas, é cristalina: o aceno esperado não houve, o PFL deixará o governo.

De Florianópolis, Bornhausen disparou telefonemas para os principais caciques pefelistas. A todos, repetiu que o que importa nesse momento é a unidade do PFL. Terá de ser costurada uma solução unânime, uma saída em uníssono do governo, sem notas dissonantes. “Quem acha que vai rachar o

PFL, está enganado”, garantiu.

“E não venham com a piadinha da vocação governista do partido. Quem fizer essa brincadeira estará se esquecendo que o PFL nasceu de um rompimento que todos apostavam que não aconteceria”, concluiu Bornhausen. No final do governo João Figueiredo, um grupo, capitaneado por Bornhausen, ACM e Marco Maciel, rompeu com o PDS, o partido governista, e fundou o PFL para, junto com o PMDB, formar a Aliança Democrática e eleger Tancredo Neves.

Hoje, a cúpula do PFL reúne-se em Uberaba, no triângulo mineiro, e em Belo Horizonte para começar a sacramentar a saída do governo. Aproveitarão um ato da agenda de pré-campanha de Roseana, que visitará uma exposição agropecuária. Na quinta-feira, está marcada uma reunião da Executiva. Depois dela, o rompimento será oficialmente anunciado. De hoje até quinta, Bornhausen terá de costurar o desembarque. Convencer os reticentes. E o trabalho mais delicado será com relação ao vice, Marco Maciel.

Maciel foi eleito com Fernando Henrique Cardoso. Ele faz, institucionalmente, parte do governo. Para ele, portanto, é bem mais difícil romper. Não é um simples caso de entregar o cargo. Bornhausen terá de encontrar uma saída honrosa para Marco Maciel.

INELEGÍVEL

Uma opção está sendo pensada. Maciel será candidato ao Senado. Como candidato, não poderá assumir a Presidência da República nas ausências de Fernando Henrique, sob o risco de tornar-se inelegível. Assim, Maciel poderia se considerar de certa forma impedido de exercer plenamente a sua função. E, no dia 5 de abril, sdta-limite para desincompatibilização, renunciaria. Nesse pouco mais de um mês, permaneceria na vice-presidência o mais discretamente possível.

No final da noite de ontem, Serra também divulgou uma nota. Ela denuncia o estado de espírito do pré-candidato tucano, acusado pelo PFL de arquitetar a investigação sobre Roseana e seu marido. Trechos da nota estão riscados. O senador desistiu de oficializar as palavras mais fortes.

Na versão final, Serra qualifica de “estapafúrdias, para não dizer malucas, as insinuações de que existe alguma relação entre o episódio que envolve a empresa Lunus, ou o processo da Sudam e o PSDB”. O ex-ministro da Saúde apelou aos outros presidenciais para que coloquem suas pretensões no terreno do debate. “Renovemos as alianças políticas que nos permitirão chegar à vitória e dar condições de governabilidade ao país”. Se essa aliança deve ser renovada em torno de Serra, o PFL deixa claro que já não dá mais.

Ronaldo de Oliveira 3.6.01

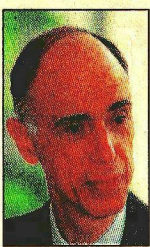


BORNHAUSEN (À DIREITA) ARTICULA A SAÍDA DO PFL DO GOVERNO. SUA PREOCUPAÇÃO É COM A UNIDADE DO PARTIDO, QUE PRECISA SER PRESERVADA

COMANDANTES DA GUERRA PEFELISTA

MARCO MACIEL

■ Sua posição é delicada. Marco Maciel é vice-presidente da República. Ou seja, em termos institucionais, ele é o próprio governo. É difícil para ele pregar o rompimento. Não é apenas o caso de entregar um cargo de confiança por uma opção política de seu partido. Ele tem de renunciar a um mandato, tão concedido pelos eleitores quanto o próprio mandato de Fernando Henrique. Além disso, Maciel costura em seu estado uma aliança com o PSDB para se eleger senador. Busca-se uma saída honrosa para o desembarque que não deixe Maciel em maus lençóis.



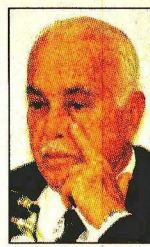
ROSEANA SARNEY

■ A governadora do Maranhão e candidata do PFL à Presidência da República sente-se ultrajada. Não tem dúvidas de que a ação da Polícia Federal ao invadir o escritório da Lunus, empresa dela e de seu marido, Jorge Murad, teve cunho político. Faz parte de uma estratégia para dinamitar sua candidatura e forçar a união dos governistas em torno do tucano José Serra. Foram os próprios tucanos que compõem o governo que avisaram à imprensa da ação da PF. Ela é quem mais pressiona Jorge Bornhausen a anunciar o rompimento do PFL com o governo.



ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

■ Quando se viu forçado a renunciar, por causa do episódio da violação do painel eletrônico do Senado, a posição de ACM já era em favor do rompimento do PFL com o governo. Ele acha que, naquele momento, o governo fez uma opção preferencial pelo PMDB do seu inimigo, o ex-senador Jader Barbalho. Agora, ACM acha que o rompimento é uma necessidade. Se não ocorrer, o partido ficará desmoralizado. E a candidatura de Roseana, inviabilizada. O PFL se veria como aliado derrotado de José Serra, o que não traz vantagem alguma.



JOSÉ JORGE

■ Todos os ministros do PFL já comunicaram a Bornhausen que deixam os cargos no momento em que o partido determinar. Menos o ministro das Minas e Energia, José Jorge. Não pelo poder que exerce. O ministério que comanda está esvaziado desde que o presidente conferiu ao ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, a tarefa de conduzir a política de racionamento de energia elétrica. A reticência de José Jorge nasce do fato de ele fazer parte do grupo político do vice-presidente Marco Maciel, que não desembarcará da nave governista de forma brusca.

